



Relatório Financeiro 2021

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO
ALENTEJO

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

Carlos Branco | Chefe de Divisão de Finanças Locais e Modernização

Recolha e Tratamento da informação

Ana Caeiro | Técnica Superior

Edição,

CCDR-Alentejo, março de 2023

ÍNDICE

1.	APRESENTAÇÃO.....	6
2.	PARTE I – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS	7
2.1	DEMONSTRAÇÕES DE RELATO.....	7
2.1.1	DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL.....	8
2.1.2	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	10
A.	RECEITAS ARRECADADAS	10
B.	IMPOSTOS DIRETOS.....	11
C.	OUTRAS RECEITAS	13
2.1.3	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA	15
A.	DESPESA PAGA	15
B.	DESPESA COM PESSOAL	18
C.	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	19
D.	SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA	21
E.	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL.....	21
2.1.4	DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PPI	22
2.2	INDICADORES ORÇAMENTAIS	24
2.3	OUTROS INDICADORES ORÇAMENTAIS.....	24
3.	PARTE II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
3.1	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
3.2	INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS.....	32
4.	PARTE III – CONTABILIDADE DE GESTÃO	33
5.	SÍNTESE CONCLUSIVA.....	34
6.	BIBLIOGRAFIA	36

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental	8
Gráfico 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo	9
Gráfico 3 - Componentes das Receitas Arrecadadas em 2020.....	10
Gráfico 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos	11
Gráfico 5 - Composição dos Impostos Diretos (2021).....	12
Gráfico 6 - Venda de Bens e Serviços da Região Alentejo	13
Gráfico 7 - Fundos Comunitários (de capital).....	13
Gráfico 8 - Passivos Financeiros (Empréstimos).....	14
Gráfico 9 - Evolução dos Empréstimos Contraídos	14
Gráfico 10 - Composição das Principais Despesas - 2021	15
Gráfico 11 - Evolução da Despesa Total	16
Gráfico 12 - Despesa Paga - Região Alentejo - 2021	17
Gráfico 13 - Relação entre Despesa Paga referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga – Região Alentejo.....	17
Gráfico 14 - Evolução das Despesas com o Pessoal	18
Gráfico 15 - Aquisição de Bens e Serviços.....	19
Gráfico 16 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2021	20
Gráfico 17 - Aquisição de Bens e Serviços na Região do Alentejo.....	20
Gráfico 18 - Evolução dos Encargos Financeiros e dos Passivos Financeiros	21
Gráfico 19 - Aquisição de Bens de Capital.....	21
Gráfico 20 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) – despesa paga - 2021	22
Gráfico 21 - Média DPPI - Região Alentejo.....	23
Gráfico 22 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva	24
Gráfico 23 - Transferências Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva	25
Gráfico 24 - Empréstimos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva	25
Gráfico 25 - Despesas com Pessoal / Despesa Total	25
Gráfico 26 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total.....	26
Gráfico 27 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total	26
Gráfico 28 - Resultado Líquido do Período (Região Alentejo)	29
Gráfico 29 - Fluxo de Caixa das Atividades.....	30
Gráfico 30 - Saldo Final de Operações Orçamentais e de Tesouraria	31
Gráfico 31 - Contabilidade de Gestão	33

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental	8
Tabela 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo	9
Tabela 3 - Receitas Municipais (Recebimentos) - Exercício 2021 Região Alentejo	10
Tabela 4 - Impostos Diretos Municipais (Recebimentos) 2021 – Região Alentejo	12
Tabela 5 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) – Exercício de 2021 – Região Alentejo.....	15
Tabela 6 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2021 – Região Alentejo.....	18
Tabela 7 - Média DPPI - Região Alentejo	23
Tabela 8 - Indicadores Orçamentais	24
Tabela 9 - Estrutura do Ativo (Balanço 2021) – Região Alentejo.....	27
Tabela 10 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo	27
Tabela 11 - Demonstração dos Resultados (Região Alentejo).....	28
Tabela 12 - Demonstração dos Resultados - Região Alentejo	29
Tabela 13 - Fluxos de Caixa de Atividades	30
Tabela 14 - Indicadores Económico-Financeiros	32

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

POCAL – Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais

SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental

NCP 27 – Contabilidade de Gestão

PPI – Plano Plurianual de Investimentos

DPPI – Demonstração de Execução do Plano Plurianual de Investimentos

1. APRESENTAÇÃO

O SNC-AP é constituído pelo subsistema de contabilidade orçamental, de contabilidade financeira e de contabilidade de gestão.

Neste relatório pretende-se efetuar uma análise às principais demonstrações da contabilidade orçamental e financeira, destacando sempre a importância da contabilidade de gestão através de uma breve verificação.

Primeiramente serão analisadas as principais componentes da despesa e da receita presentes nas demonstrações da contabilidade orçamental.

Ao nível da contabilidade financeira considera-se fundamental proceder à avaliação do desempenho financeiro através da informação contida nas Demonstrados de Resultados, Balanço e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A contabilidade de gestão permite avaliar o resultado das atividades e projetos que contribuem para a realização das políticas públicas e o cumprimento dos objetivos em termos de serviços a prestar aos cidadãos. Considera-se essencial verificar quais os progressos existentes nesta área da contabilidade.

Também os indicadores económico-financeiros e orçamentais são importantes na medida em que permitem avaliar a extensão, eficiência e eficácia do desempenho da entidade.

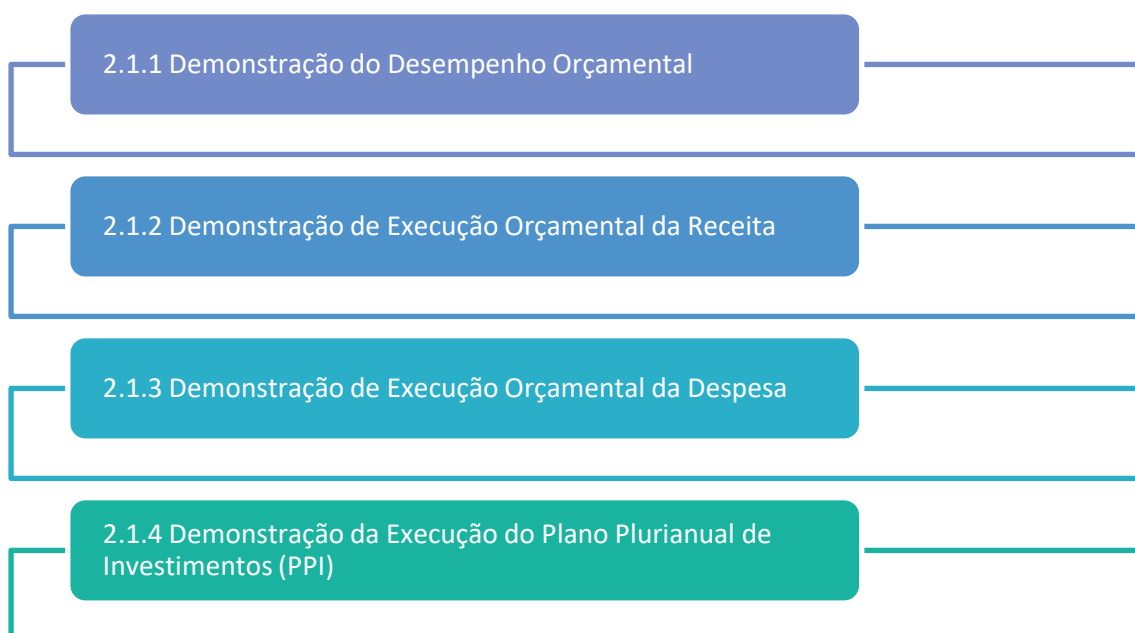
2. PARTE I – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

No âmbito da NCP 26, as Demonstrações Orçamentais englobam as Demonstrações Previsionais, as Demonstrações de Relato e as Demonstrações Consolidadas.

O objetivo desta Norma é o de regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais de finalidades gerais (individuais, separadas e consolidadas), componentes principais do relato orçamental de uma entidade pública ou de um perímetro de consolidação, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades (§1, NCP 26).

2.1 DEMONSTRAÇÕES DE RELATO

As demonstrações de relato na ótica orçamental estão apresentadas no seguinte esquema:



A incidência da análise recaiu no conjunto de demonstrações de relato apostas nos documentos de prestação de contas dos Municípios da região Alentejo do exercício económico de 2021.

2.1.1 DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Como refere o n.º 47 da NCP 26, a Demonstração do Desempenho Orçamental evidencia importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no período contabilístico, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria. Também se evidenciam os correspondentes saldos (da gerência anterior e para a gerência seguinte, saldo global, saldo corrente, saldo de capital e saldo primário).

Tabela 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental¹

Região	Saldo Corrente	Saldo de Capital	Saldo Primário ²	Receita Efetiva ³	Receita Total	Despesa Efetiva ⁴	Despesa Total
Alentejo Central	25 512 131,94	-13 071 464,42	14 543 254,57	202 919 441,45	235 493 324,77	190 320 870,93	199 769 366,07
Alto Alentejo	21 265 215,25	-17 308 387,20	4 387 328,38	188 587 769,41	217 663 299,23	184 592 463,27	189 789 648,47
Baixo Alentejo	19 900 357,65	-12 272 240,11	8 950 897,82	181 103 983,29	209 796 707,00	173 413 999,81	179 298 959,93
Alentejo Litoral	29 489 848,76	-1 586 303,94	4 346 522,59	163 512 419,47	194 886 593,70	141 913 723,20	145 877 401,19
Total	96 167 553,60	-44 238 395,67	32 228 003,36	736 123 613,62	857 839 924,70	690 241 057,21	714 735 375,66
Média Alentejo	24 041 888,40	-11 059 598,92	8 057 000,84	184 030 903,41	214 459 981,18	172 560 264,30	178 683 843,92

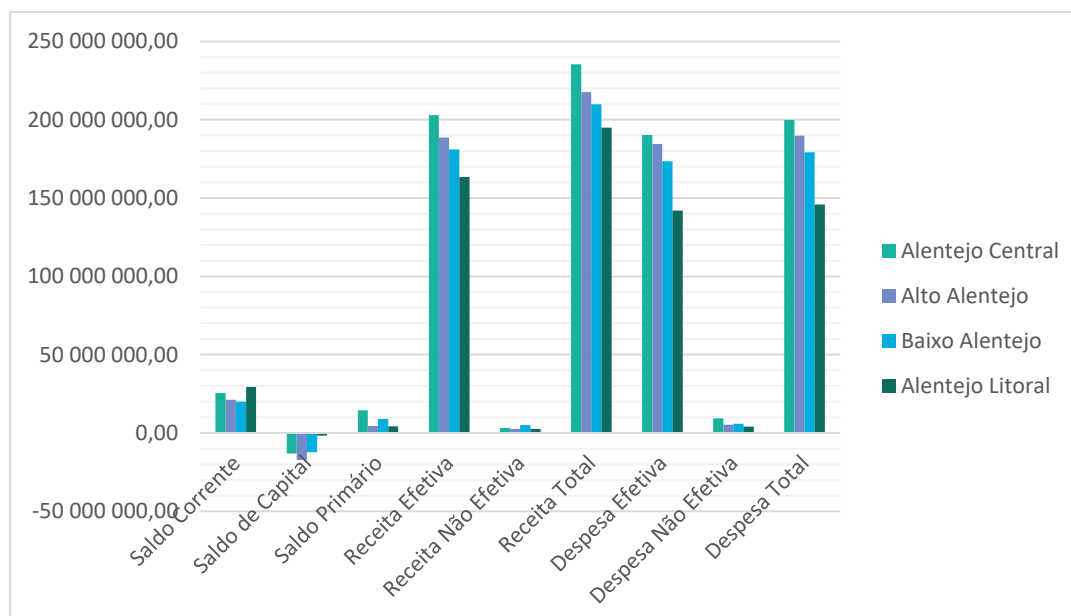


Gráfico 1 - Componentes da Demonstração do Desempenho Orçamental

¹ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

² Saldo Primário corresponde à diferença entre a receita efetiva e despesa efetiva deduzida dos juros.

³ Receita Efetiva corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.

⁴ Despesa Efetiva corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

Da análise da tabela 1 e do gráfico 1 que contém os valores totais da região Alentejo em relação aos diferentes itens que completam a demonstração de desempenho orçamental, verifica-se que tal como em 2020 o saldo primário é positivo, concluindo-se que a receita efetiva é superior à despesa efetiva.

Em termos gerais, conforme se pode visualizar na tabela 2 e gráfico 2 apresentados abaixo, continua a observar-se uma distribuição semelhante ao nível da receita pelas diferentes regiões do Alentejo, porém a despesa apresentada é inferior no Alentejo Litoral.

Tabela 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo⁵

Região	N.º	Receita Total ⁶	%	Despesa Total ⁷	%
Alentejo Central	14	235 493 324,77	27,45%	199 769 366,07	27,95%
Alto Alentejo	15	217 663 299,23	25,37%	189 789 648,47	26,55%
Baixo Alentejo	13	209 796 707,00	24,46%	179 298 959,93	25,09%
Alentejo Litoral	5	194 886 593,70	22,72%	145 877 401,19	20,41%
Total	47	857 839 924,70	100,00%	714 735 375,66	100,00%

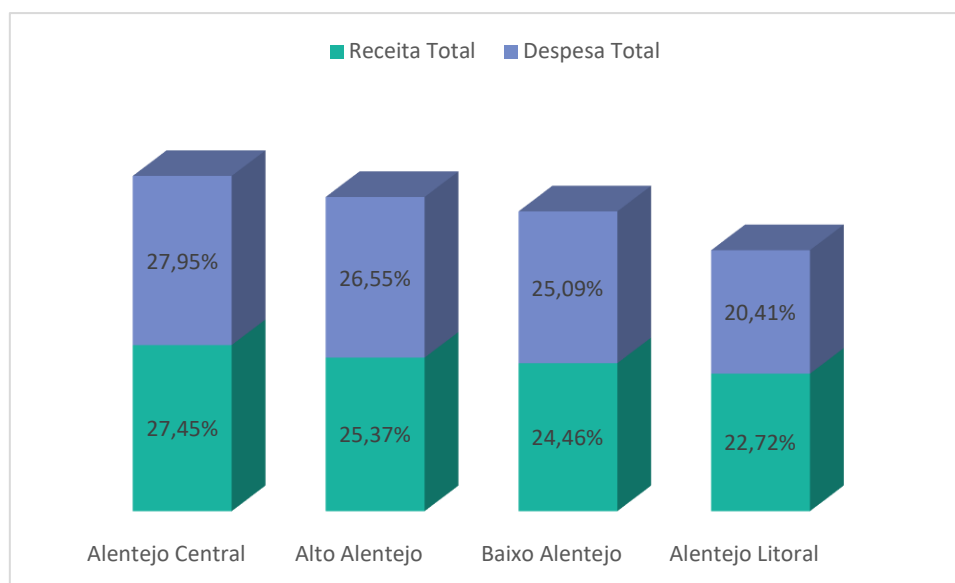


Gráfico 2 - Receita Total e Despesa Total dos Municípios da Região Alentejo

⁵ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

⁶ Receita Total corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

⁷ Despesa Total corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

2.1.2 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

A. RECEITAS ARRECADADAS

As receitas arrecadadas em 2021 (sem o saldo da gerência anterior), montantes e composição interna por natureza, na região Alentejo, são apresentadas na tabela seguinte:

Tabela 3 - Receitas Municipais (Recebimentos) - Exercício 2021 Região Alentejo⁸

Receitas Totais	Montante (€)	%
Impostos Diretos	127 644 338,83	17,02%
Rendimentos de Propriedade	23 313 833,50	3,11%
Transferências do Orçamento do Estado (Fundos Municipais) (corrente e de capital)	400 399 772,03	53,40%
Transferências Correntes e Capital - UE/Estado Participação Comunitária	71 649 338,98	9,55%
Outras Transferências (correntes e de capital)	16 900 145,62	2,25%
Venda de Bens e Serviços	61 829 622,36	8,24%
Outras (Impostos Indiretos, Taxas, Outras Receitas Correntes e Capital e Venda de Bens de Investimento, Reposições N. Abatidas aos Pagamentos e Outras)	34 386 562,30	4,59%
Ativos Financeiros	37 978,97	0,01%
Passivos Financeiros (Empréstimos)	13 720 336,79	1,83%
Total Receita Efetiva+Receita Não Efetiva	749 881 929,38	100,00%

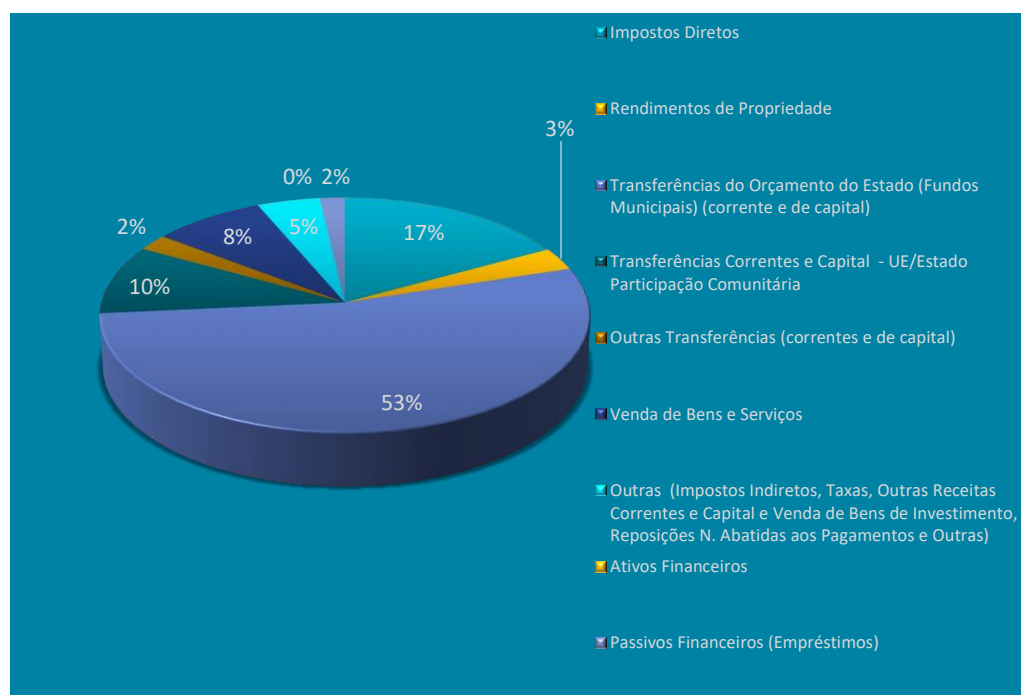


Gráfico 3 - Componentes das Receitas Arrecadadas em 2021

⁸ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

Da análise conjunta, referente a 2021, das receitas arrecadadas na Região (tabela 3 e gráfico 3), podemos retirar as seguintes conclusões:

- ◇ A arrecadação, por parte das transferências do Orçamento de Estado (fundos municipais corrente e de capital), atingiu os 400 milhões de euros, 53,40% do total das receitas, continuando a ser a fonte principal de rendimentos municipais, mostrando-se assim a contínua dependência do perfil definido pela lei de finanças locais;
- ◇ Em segundo lugar temos os Impostos Diretos, com um recebimento de 127 milhões de euros (17,02% do total);
- ◇ Em terceiro lugar, no elenco das principais receitas de 2021, consta as Transferências provenientes dos Fundos Comunitários (corrente e de capital) com uma participação de 71 milhões de euros (9,55 % do total).
- ◇ Por fim, temos a Venda de Bens e Serviços com uma receita de 61 milhões de euros (8,24% do total);

B. IMPOSTOS DIRETOS

Os impostos diretos englobam o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), IUC (Imposto Único de Circulação), IMT (Imposto Municipal incidente sobre as Transmissões Onerosas de Bens Imóveis), Derrama e Impostos Abolidos.

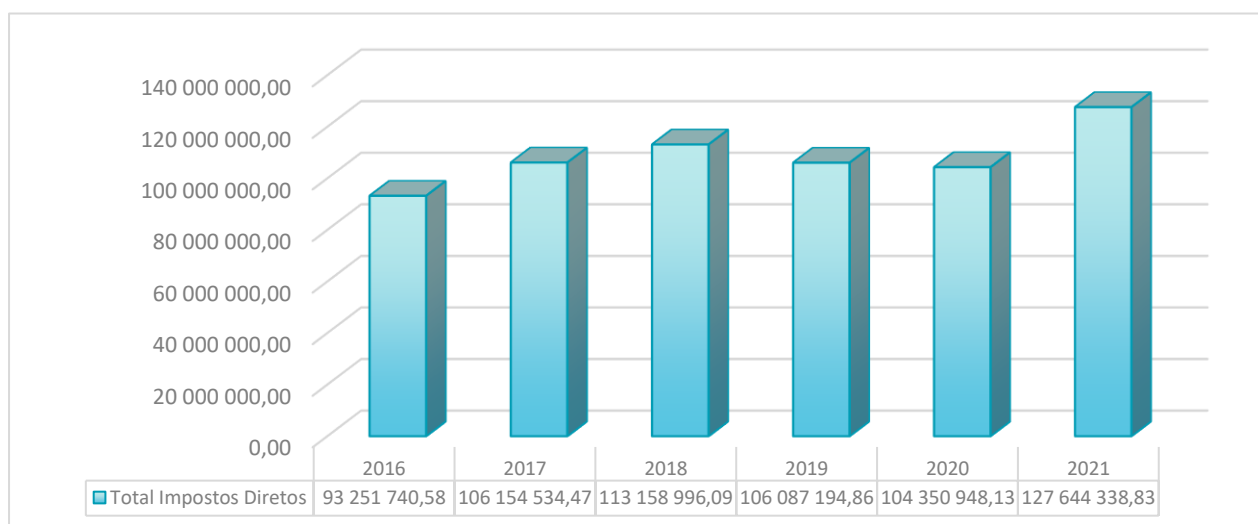


Gráfico 4 - Evolução do Recebimento dos Impostos Diretos

O gráfico 4 mostra-nos a evolução da arrecadação dos impostos diretos no período temporal de 2016 a 2021. A evolução desta receita tem tido diferentes oscilações, em 2021 ao contrário do ano anterior, verifica-se um aumento muito substancial na ordem dos 22 milhões de euros (22,32%).

Tabela 4 - Impostos Diretos Municipais (Recebimentos) 2021 – Região Alentejo⁹

Receitas	2021		
	(€)	% Impostos Diretos	% Total Receita
Imposto Municipal sobre Imóveis	51 139 703,40	40,06	6,82
Imposto Único de Circulação (IUC) (ex IMV)	11 586 378,36	9,08	1,55
Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis	57 131 378,71	44,76	7,62
Derrama	7 786 878,36	6,10	1,04
Impostos Abolidos	0,00	0,00	0,00
Total Impostos Diretos	127 644 338,83	100,00	17,02
Total das Receitas	749 881 929,38		

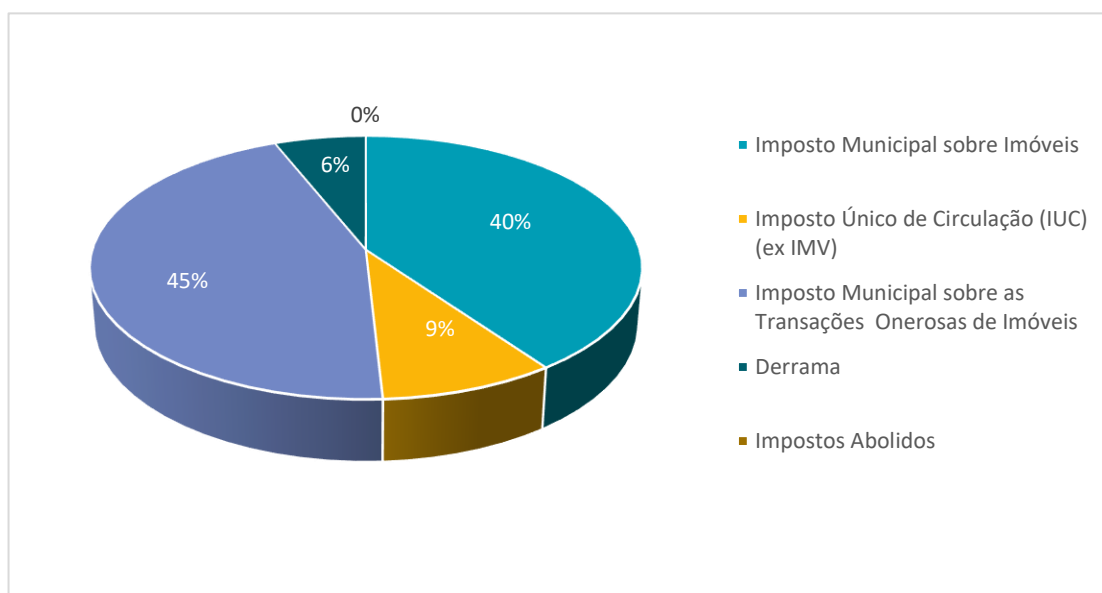


Gráfico 5 - Composição dos Impostos Diretos (2021)

Da análise conjugada da tabela 4 e gráfico 5, conclui-se que em 2021 foram arrecadados 127 milhões de euros de impostos diretos (17,02% do total). Em termos de composição interna, em 2021, o imposto com maior arrecadação passou a ser o imposto municipal sobre transações (IMT) com 57 milhões de euros, seguindo-se do imposto municipal sobre imóveis (IMI) com 51 milhões de euros (40,06% do total dos impostos diretos), em terceiro lugar temos o IUC, com 11 milhões de euros (9,08%). Por fim, vem a Derrama, com 7 milhões de euros (6,10% de participação).

⁹ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

C. OUTRAS RECEITAS

C1. VENDA DE BENS E SERVIÇOS

A receita da venda de bens e serviços está representada no gráfico 6. Apesar da evolução irregular, registou-se um aumento de 2021 face a 2020 na ordem dos 2 milhões de euros.

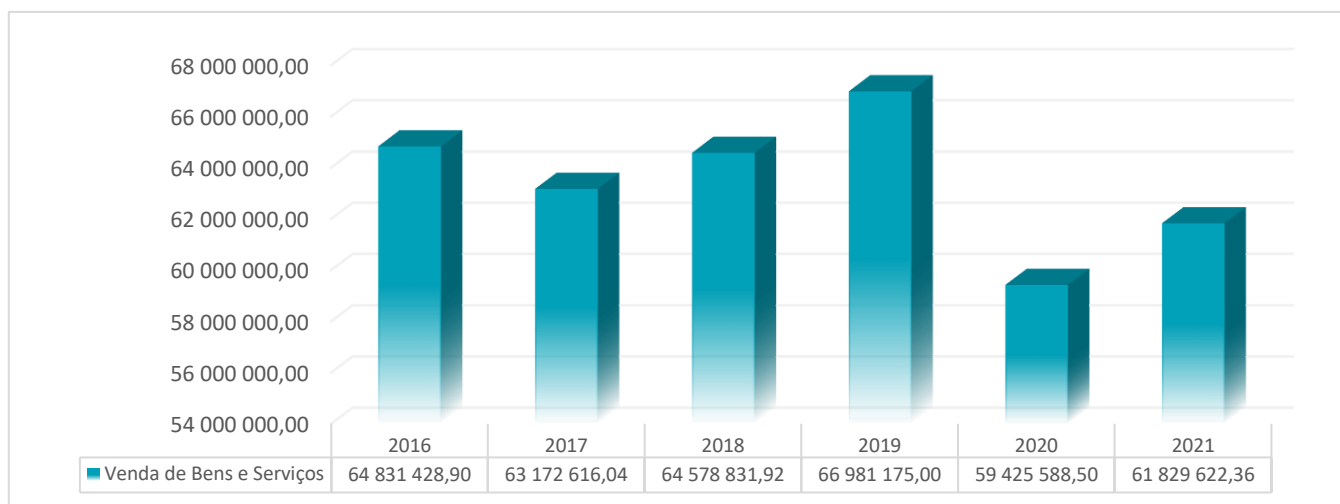


Gráfico 6 - Venda de Bens e Serviços da Região Alentejo

C2. FUNDOS COMUNITÁRIOS (CAPITAL)

No que se refere à receita de Fundos Comunitários, na componente de capital, constata-se que existiu um acréscimo significativo face ao ano anterior, na ordem dos 19 milhões de euros.

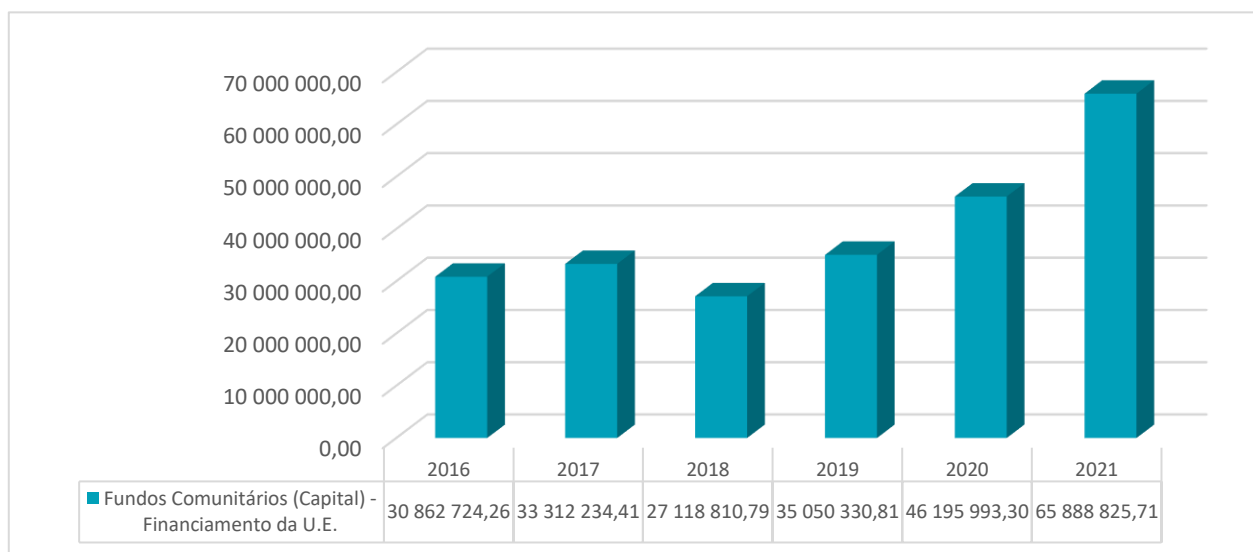


Gráfico 7 - Fundos Comunitários (de capital)

C3. Passivos Financeiros (Empréstimos)

Este tipo de receita agrega empréstimos de curto e de médio e longo prazos, com características diversas, tais como:

- Os empréstimos de curto prazo têm um período de vida que vai até um ano e o seu objeto é exclusivamente fazer frente às dificuldades de tesouraria;
- Os empréstimos de médio e longo prazos têm períodos de vida mais longos e o seu objetivo confina-se ao investimento ou ao reequilíbrio e saneamento financeiros.

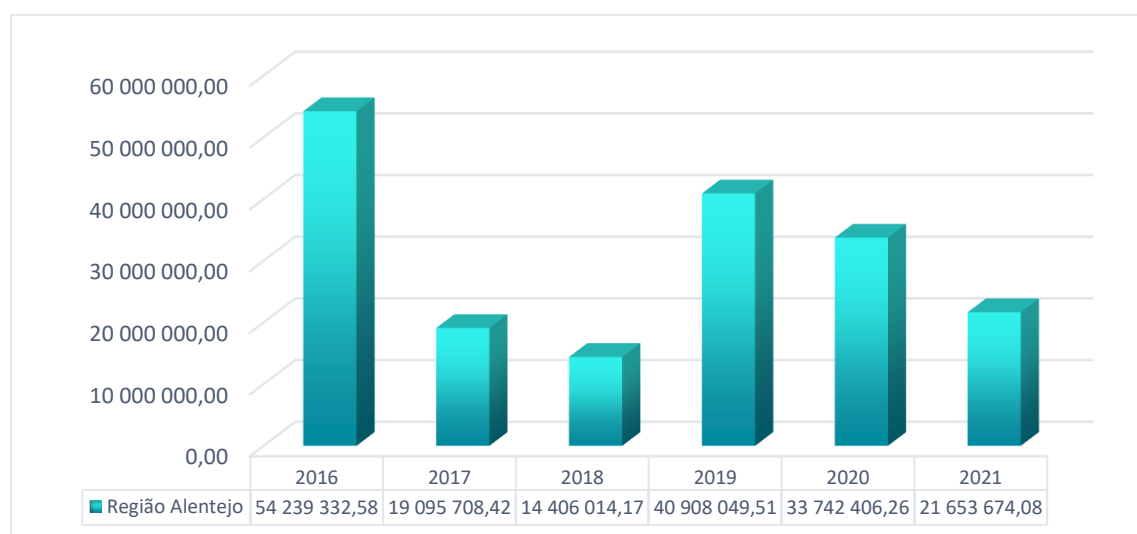


Gráfico 8 - Passivos Financeiros (Empréstimos)

Pode visualiza-se, no gráfico 9, uma tendência decrescente na contratação de empréstimos, de curto, médio e longo prazo, durante os últimos três anos, refletindo assim uma menor propensão para o endividamento bancário municipal.

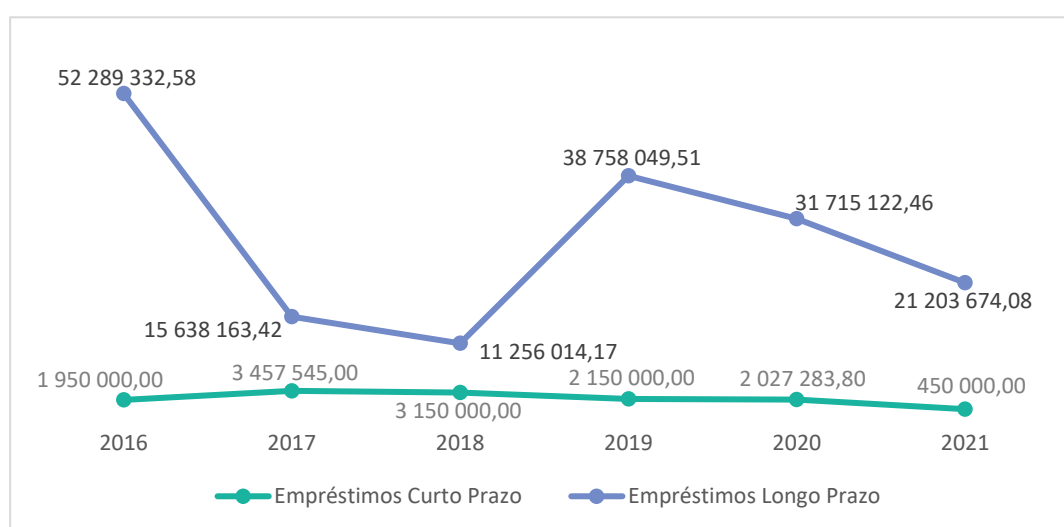


Gráfico 9 - Evolução dos Empréstimos Contraídos

2.1.3 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

A. DESPESA PAGA

O presente bloco apresenta-nos as despesas pagas em 2021, a evolução da despesa total no período 2016/2021, a distribuição da despesa pela Região Alentejo e a relação entre a despesa paga em 2016/2021 originária em exercícios anteriores e o total da despesa paga no ano.

Tabela 5 - Despesas Totais Municipais (pagamentos) – Exercício de 2021 – Região Alentejo¹⁰

Descrição	€	%
Pessoal	253 399 553,54	35,45%
Aquisição de Bens e Serviços	173 799 912,94	24,32%
Encargos Financeiros (Juros)	2 811 924,64	0,39%
Transferências Correntes	53 605 314,30	7,50%
Subsídios	925 029,67	0,13%
Outras Despesas Correntes	8 648 626,32	1,21%
Aquisição de Bens de Capital	179 668 838,39	25,14%
Transferências de Capital	16 114 647,38	2,25%
Ativos Financeiros	1 639 038,73	0,23%
Passivos Financeiros (Amortizações)	22 855 279,72	3,20%
Outras Despesas de Capital	1 267 210,03	0,18%
Despesa Efetiva+Despesa Não Efetiva	714 735 375,66	100,00%

O gráfico 10 representa as principais componentes da despesa (Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços, Aquisição de Bens de Capital, Passivos Financeiros (Amortizações) e Outras¹¹), discriminadas na tabela 5.

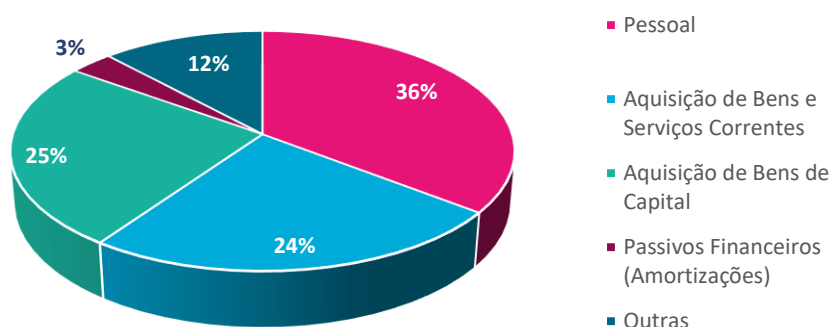


Gráfico 10 - Composição das Principais Despesas - 2021

¹⁰ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

¹¹ Outras engloba Encargos Financeiros (Juros); Transferências Correntes; Subsídios; Outras Despesas Correntes; Transferências de Capital; Ativos Financeiros e Outras Despesas de Capital.

No exercício de 2021, repete-se o mesmo padrão de gastos, com a seguinte ordenação decrescente:

- ✦ Pessoal, cujos gastos ascendem a 253 milhões de euros (35,45% do total);
- ✦ Aquisição de Bens e Serviços Correntes, com gastos na ordem dos 173 milhões de euros (24,32% participação);
- ✦ Aquisição de Bens de Capital com 179 milhões de euros (25,14% do total);
- ✦ Transferências Correntes com 53 milhões de euros (7,50% de participação);
- ✦ Passivos Financeiros (Amortizações) com 22 milhões de euros (3,20% do total).

No que toca à evolução temporal da despesa global, no período de 2016 a 2021, verifica-se a existência de uma variação dos valores despendidos, atendendo a que nos extremos podemos encontrar em 2016 o menor valor da despesa global, e em 2021 temos o maior valor deste intervalo de tempo.

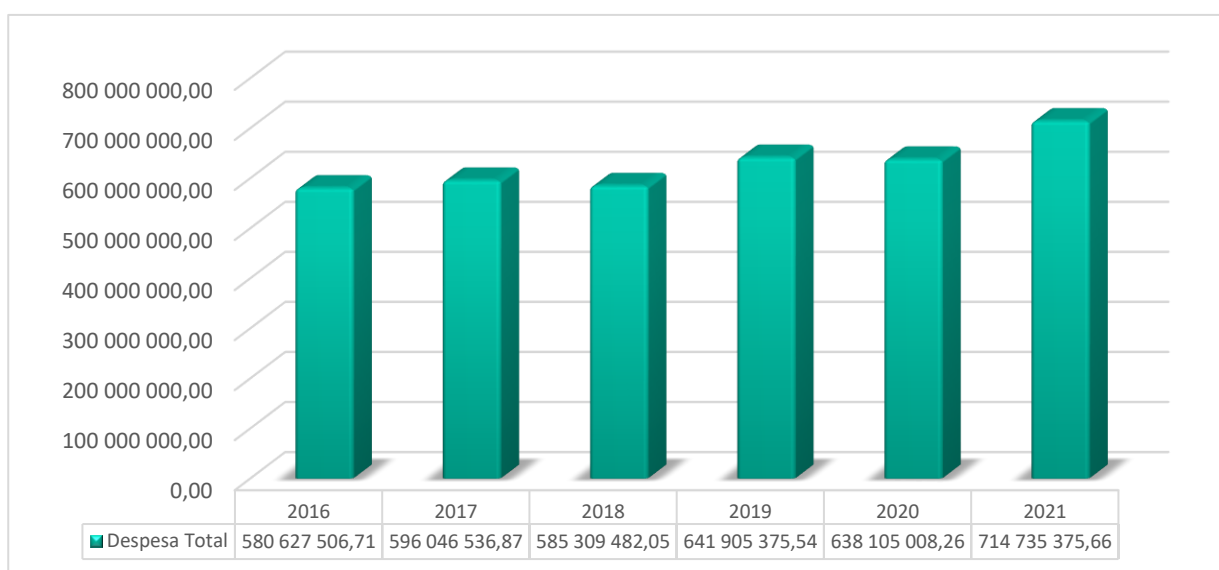


Gráfico 11 - Evolução da Despesa Total

Deste modo, no exercício de 2021 registou-se um acréscimo no montante da despesa global correspondente a 76 milhões de euros em relação a 2020, o que representa uma variação de 12%.

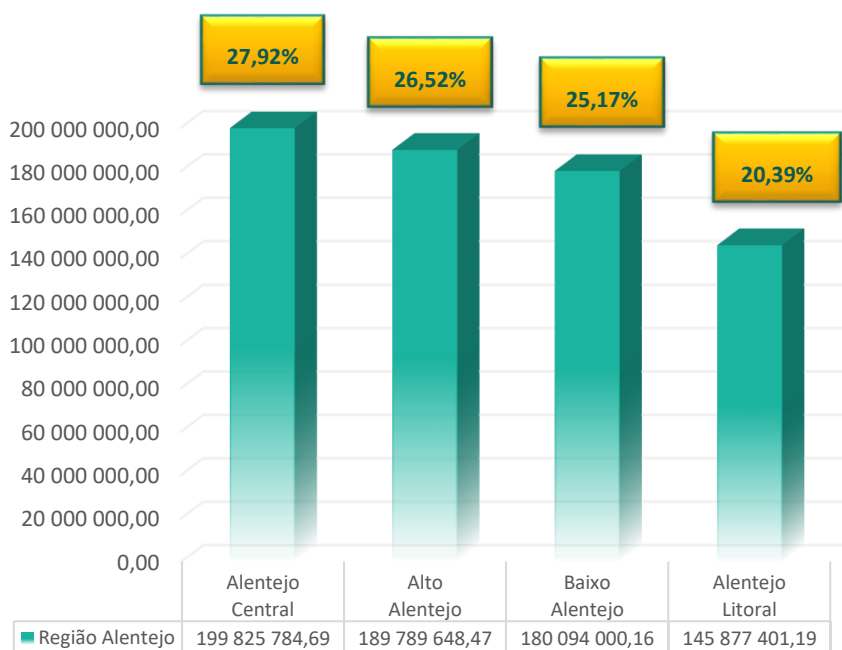


Gráfico 12 - Despesa Paga - Região Alentejo - 2021

O gráfico 12 mostra a distribuição da despesa paga pela região Alentejo, onde se constata que o Alentejo Central tem a maior despesa da região, seguindo-se o Alto Alentejo, Baixo Alentejo e por fim Alentejo Litoral.

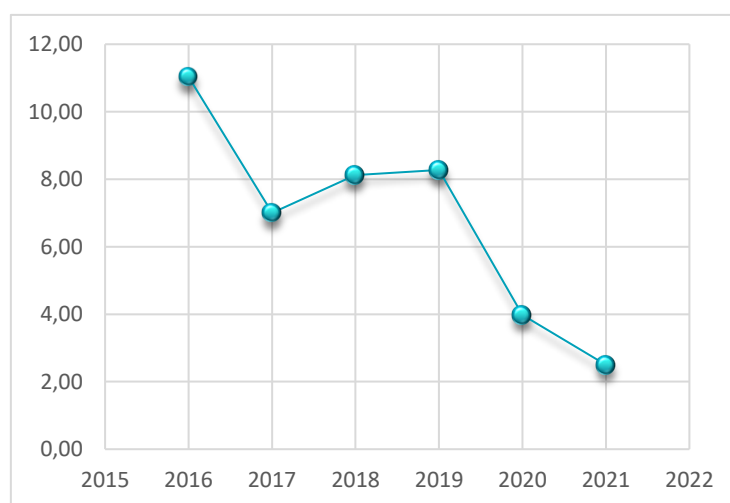


Gráfico 13 - Relação entre Despesa Paga referente a Exercícios Anteriores e o Total da Despesa Paga – Região Alentejo

A despesa paga referente a exercícios anteriores em relação ao total da despesa paga, tem vindo, no geral, a diminuir no período de análise (2016 a 2021). No exercício de 2021 manteve-se essa tendência, pois registou-se novamente um aumento da despesa paga resultante das despesas assumidas em exercícios anteriores, uma vez que o valor caiu dos 3,98% para os 2,50%, situando-se nos 17 milhões de euros.

B. DESPESA COM PESSOAL

Neste ponto relata-se a composição das despesas com Pessoal, no exercício de 2021, que as administrações municipais pagaram. Analisa-se, também, a evolução destas despesas no período de 2016 a 2021.

Tabela 6 - Despesa com Pessoal (pagamentos) 2021 – Região Alentejo¹²

2021			
	(€)	% Despesas Pessoal	% Despesa Total
Remunerações Certas e Permanentes	188 071 552,88	74,22%	26,31%
Abonos Variáveis ou Eventuais	10 390 023,17	4,10%	1,45%
Segurança Social	54 937 977,49	21,68%	7,69%
Total das Despesas com Pessoal	253 399 553,54	100,00%	35,45%
Total das Despesas	714 735 375,66		100,00%

No exercício de 2021, as despesas em termos de despesa com pessoal, totalizaram 253 milhões de euros, que corresponde a 35,45 % do total da despesa executada neste ano. Deste montante, a fatia maioritária continua naturalmente a caber às remunerações certas e permanentes com 188 milhões de euros (74,22 % do total das despesas com pessoal), ficando a segurança social com 21,68% de participação, conforme se pode observar na tabela 6.

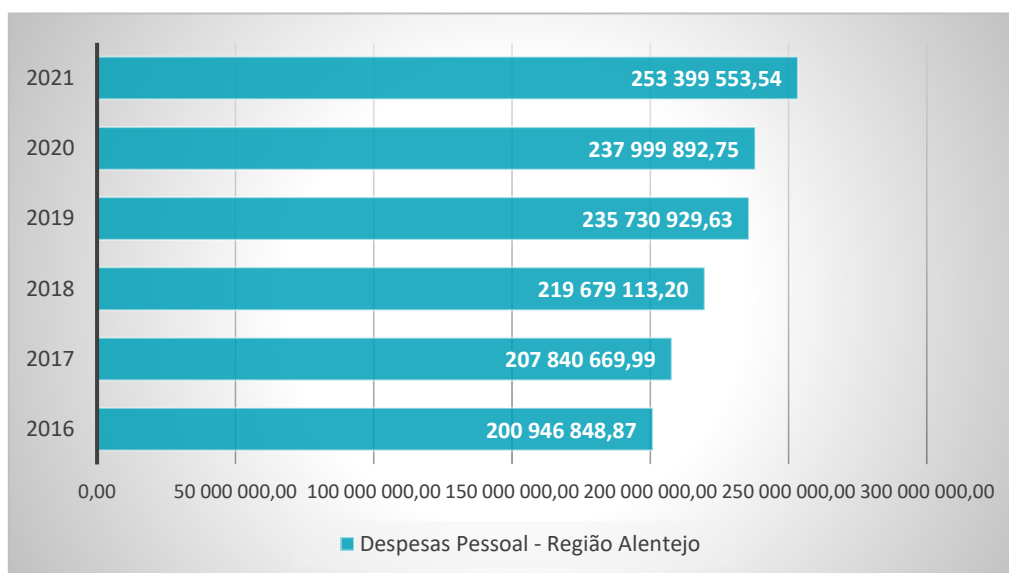


Gráfico 14 - Evolução das Despesas com o Pessoal

¹² Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

Em termos de desagregação da despesa com pessoal, relacionando a evolução de 2020 para 2021, retiramos as seguintes conclusões:

- ✦ As remunerações certas e permanentes tiveram um crescimento de 9 milhões de euros, calculado em 5,59%;
- ✦ Os abonos variáveis ou eventuais registaram um aumento na ordem dos 2 milhões de euros (35,59%);
- ✦ Por fim, a segurança social cresceu 5,20% em 2021, atingindo os 54 milhões de euros.

No que respeita à evolução da despesa com pessoal do período em causa, do ano 2016 a 2021, verifica-se através da análise do gráfico 14 que estas despesas têm vindo a aumentar gradualmente, atingindo o maior valor no exercício de 2021.

C. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

Nesta secção analisa-se os montantes despendidos com a aquisição de bens e serviços.

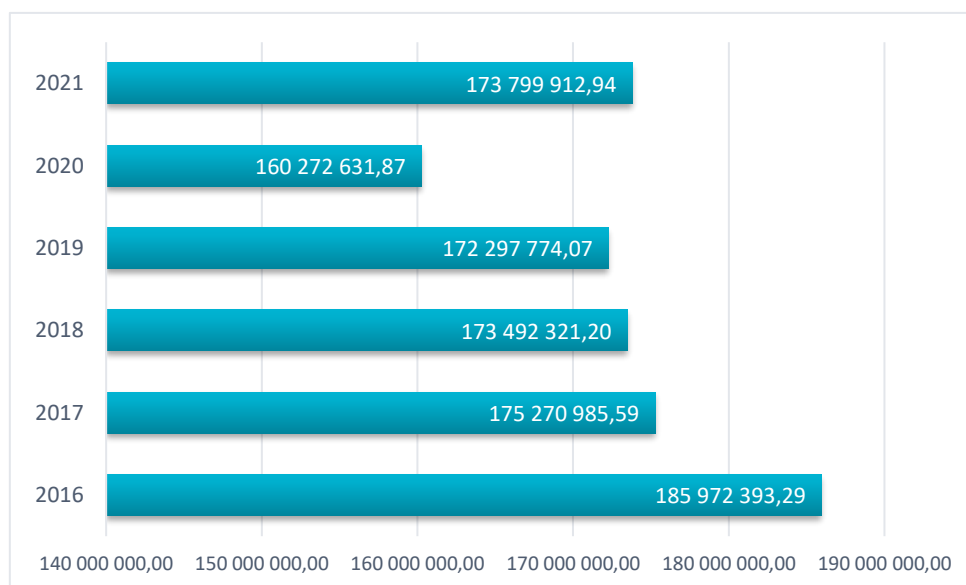


Gráfico 15 - Aquisição de Bens e Serviços

Verificamos através da análise do gráfico 15, que relativamente à aquisição de bens e serviços, tem havido uma oscilação de valores ao longo dos anos. Apesar da tendência decrescente dos últimos anos, este segmento da despesa apresentou um acréscimo de 13 milhões de euros em relação a 2020, sendo que em 2021 foram despendidos 173 milhões de euros com a aquisição de bens e serviços.

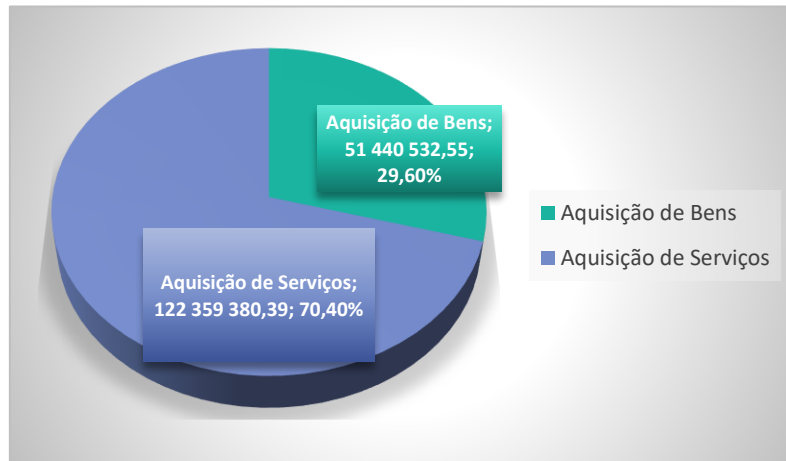


Gráfico 16 - Composição da Aquisição de Bens e Serviços em 2021

Da análise conjunta do gráfico 15 e 16 podemos observar o seguinte:

- ✦ Os municípios da região Alentejo continuam a adquirir maioritariamente serviços, o que corresponde a 71% da despesa total com bens e serviços;
- ✦ Em relação a 2020, verificou-se uma subida de 4 milhões de euros (9,56%), no que diz respeito à aquisição de bens;
- ✦ No que se refere à aquisição de serviços, existiu um acréscimo, na ordem dos 9 milhões de euros (7,98%).

Podemos observar no gráfico 17 a distribuição da aquisição de bens e serviços pela Região Alentejo, destacando-se o Alentejo Central com o maior valor despendido.

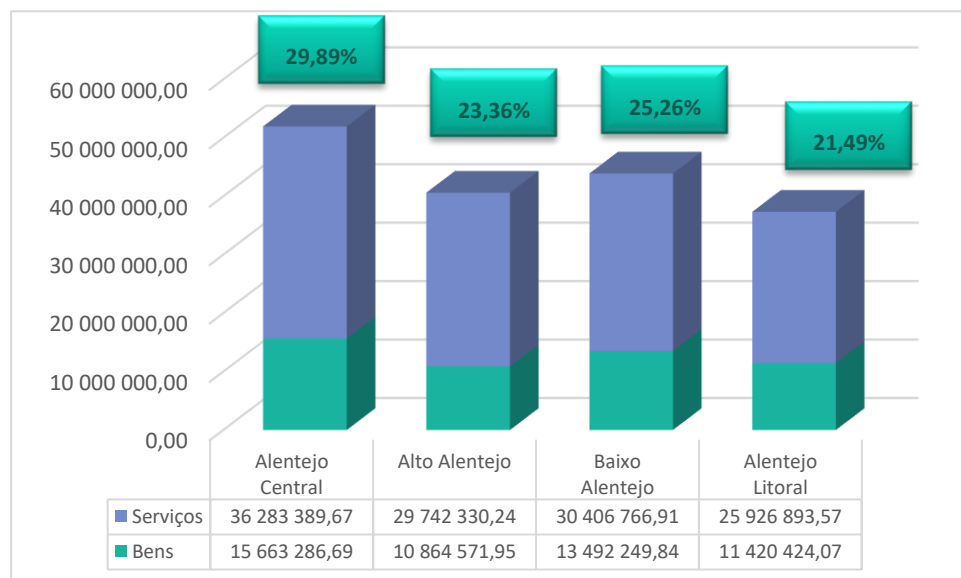


Gráfico 17 - Aquisição de Bens e Serviços na Região do Alentejo

D. SERVIÇO DA DÍVIDA BANCÁRIA

Este ponto retrata a evolução da despesa paga através dos encargos financeiros (juros e amortizações de empréstimos).

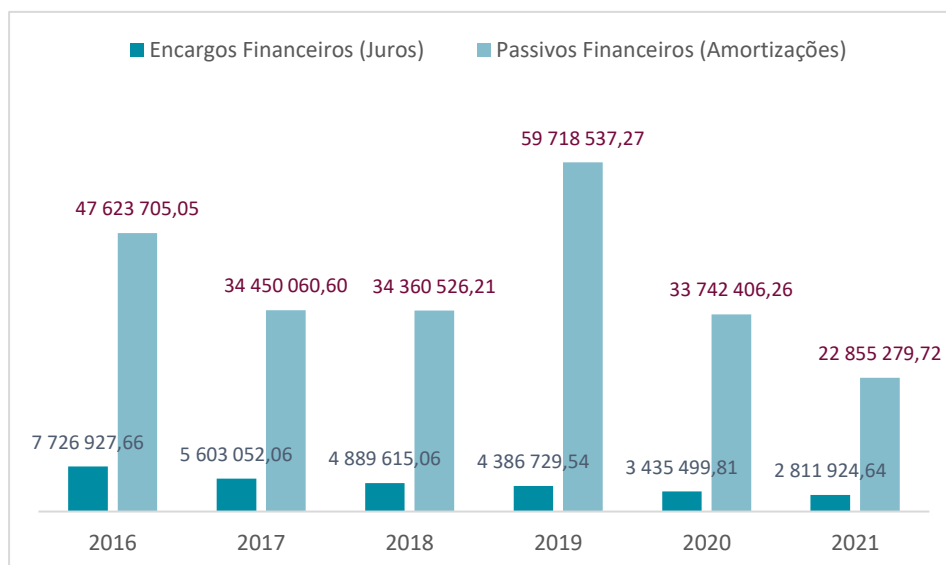


Gráfico 18 - Evolução dos Encargos Financeiros e dos Passivos Financeiros

Concluimos que após a quebra mais acentuada, entre 2019 e 2020, nos passivos financeiros, voltou a registar-se uma nova descida em 2021 na ordem dos 10 milhões de euros, também os encargos financeiros (juros) continuam a diminuir em 2021, baixando 623 mil euros.

E. AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL

A aquisição de bens de capital é composta pelos Investimentos, encargos com Locação Financeira e Bens de Domínio Público.

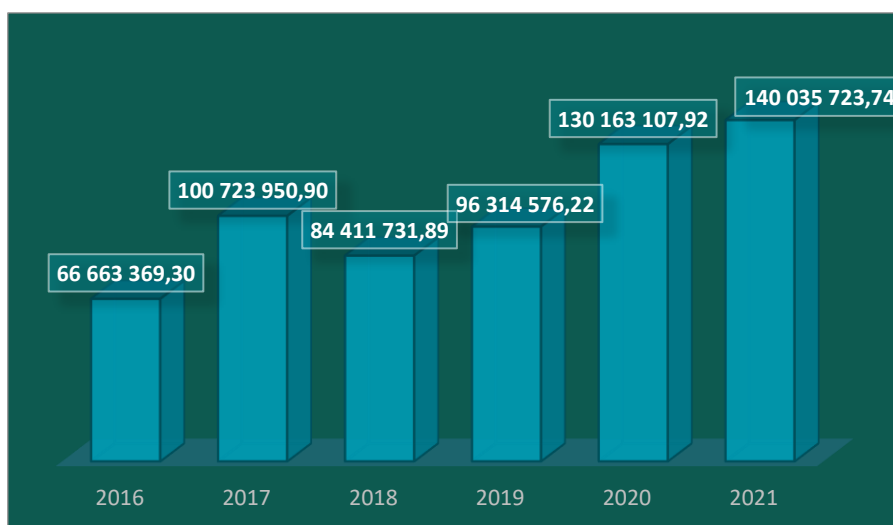


Gráfico 19 - Aquisição de Bens de Capital

A aquisição de bens de capital (gráfico 19) tem mostrado diferentes ciclos de evolução ao longo do tempo, nos últimos 3 anos tem existido um aumento na aquisição deste tipo de bens. No exercício de 2021 volta a repetir-se o crescimento, com um acréscimo de 38,03%, sendo que o valor ascende a 140 milhões de euros.

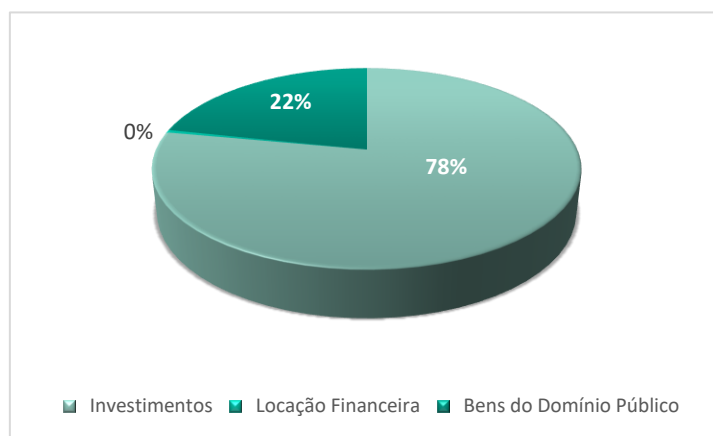


Gráfico 20 - Composição da Aquisição de Bens de Capital (por natureza) – despesa paga - 2021

Através da análise do gráfico 20 verificamos que a composição da aquisição de bens de capital por natureza, é maioritariamente constituída pelos Investimentos, com 77,94%, de seguida a aquisição de Bens de Domínio Público, com 21,64%, e por fim os encargos com Locação Financeira (0,42%).

2.1.4 DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO DO PPI

De acordo com o n.º 47 da NCP 26, a Demonstração de Execução Anual do PPI tem como finalidade permitir o controlo da execução anual do plano plurianual de investimentos, facultando informação relativa a cada programa e projeto de investimento, designadamente sobre a forma de realização, fontes de financiamento, fase de execução, financiamento da componente anual do programa/projeto, e execução financeira de anos anteriores, no período e esperada para períodos futuros.

Tabela 7 - Média DPPI - Região Alentejo¹³

Região	Média DPPI	
	Execução Financeira Anual ¹⁴	Execução Financeira Global ¹⁵
Alentejo Central	55,53%	36,73%
Alto Alentejo	71,48%	56,64%
Baixo Alentejo	51,77%	52,82%
Alentejo Litoral	54,23%	43,06%

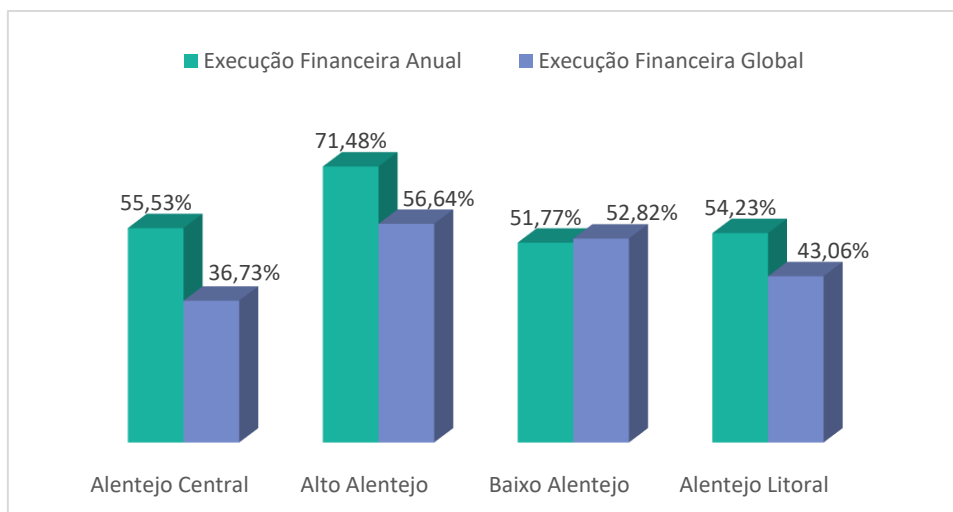


Gráfico 21 - Média DPPI - Região Alentejo

Tanto ao nível da Execução Financeira Anual do PPI quer ao nível da Execução Financeira Global constata-se que o Alto Alentejo tem a maior percentagem de execução do plano plurianual de investimentos.

¹³ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

¹⁴ Nível de Execução Financeira Anual = Montante Executado Ano 2021/Montante Previsto Ano 2021*100

¹⁵ Nível de Execução Financeira Global = Total do Montante Executado/(Total Montante Previsto+Montante Executado Anos Anteriores)*100

2.2 INDICADORES ORÇAMENTAIS

Conforme estabelecido nas orientações da RPG 3 - Reporting Service Performance Information do IPSASB, estes indicadores para além de constituírem um complemento às demonstrações financeiras, também permitem avaliar a extensão, eficiência e eficácia do desempenho da entidade.

Tabela 8 - Indicadores Orçamentais

Indicador	Fórmula de cálculo	Região Alentejo
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	86,92%
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigidas	74,81%
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	86,69%
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	96,80%

O grau de execução orçamental da receita compara a receita cobrada líquida com a receita prevista. E o grau de execução da despesa compara as despesas pagas líquidas de reposições abatidas aos pagamentos com as dotações corrigidas.

O rácio correspondente ao grau de realização das liquidações compara a receita cobrada líquida com as liquidações emitidas. Relativamente ao grau de execução das obrigações, compara-se a despesa paga líquida com as obrigações assumidas.

2.3 OUTROS INDICADORES ORÇAMENTAIS

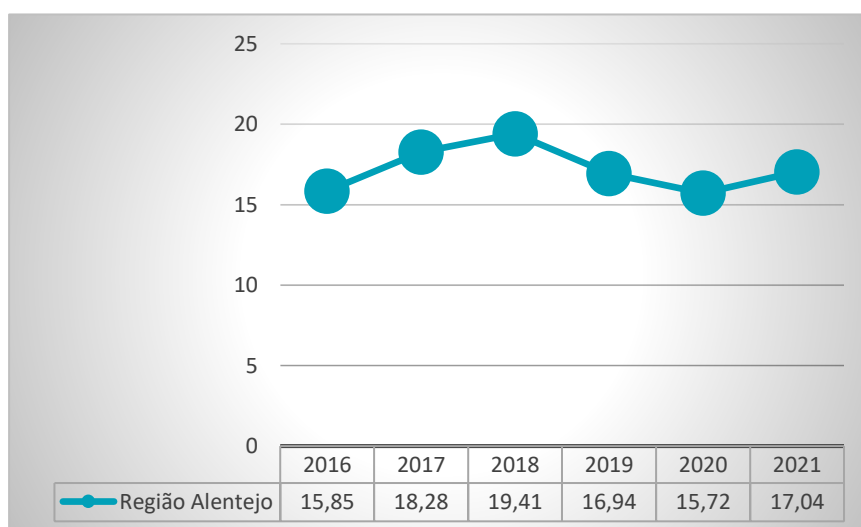


Gráfico 22 - Impostos Diretos e Indiretos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva

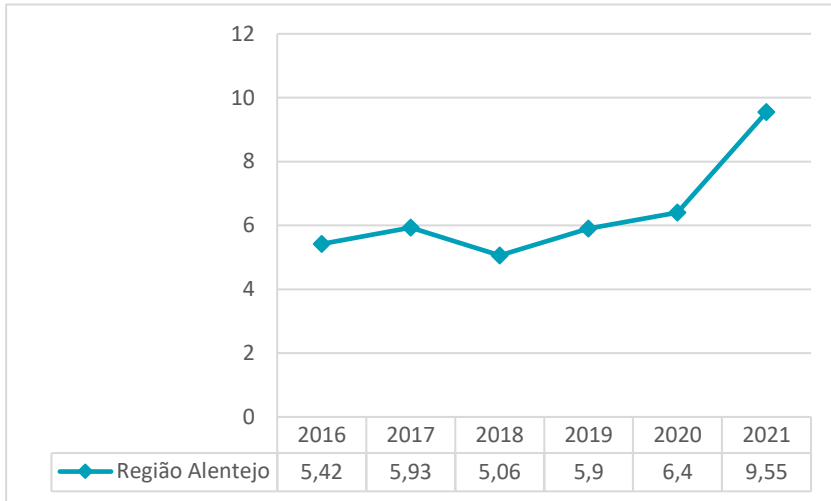


Gráfico 23 - Transferências Fundos Comunitários (corrente e capital) / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva



Gráfico 24 - Empréstimos / Receita Efetiva+Receita Não Efetiva

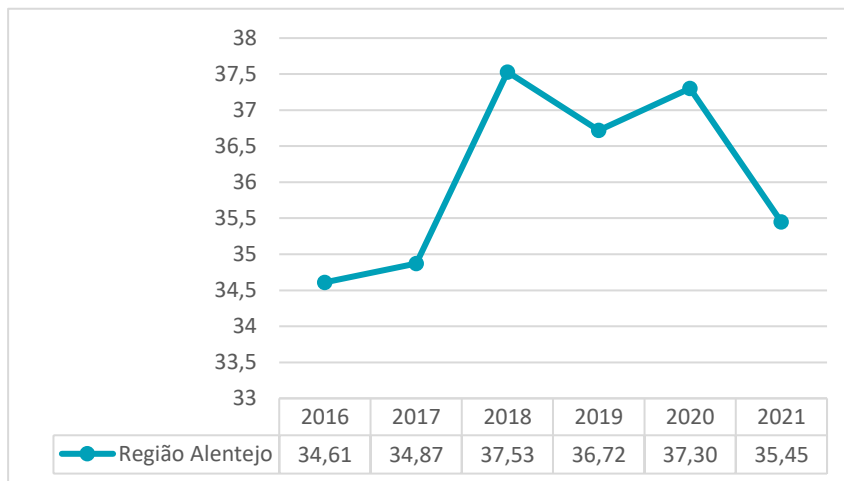


Gráfico 25 - Despesas com Pessoal / Despesa Total



Gráfico 26 - Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total

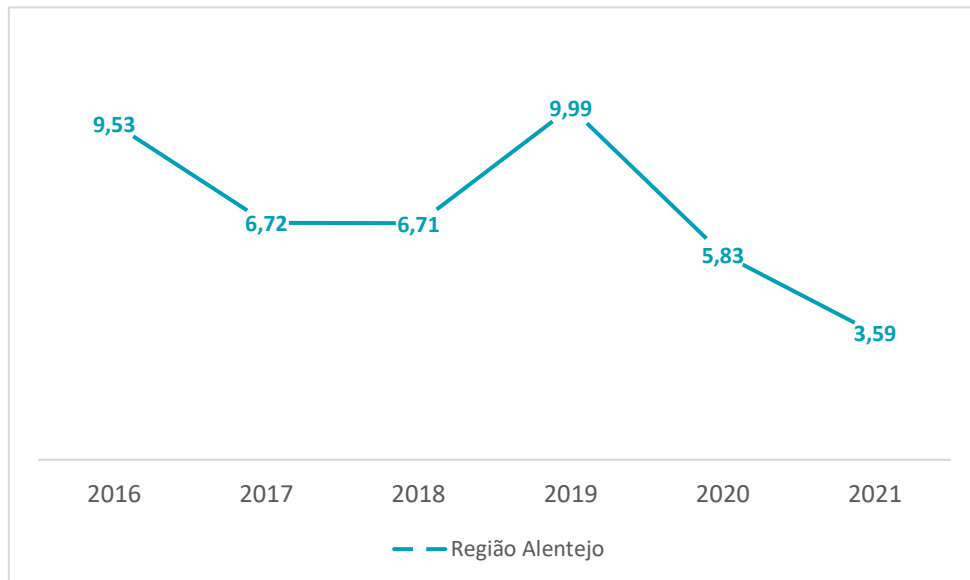


Gráfico 27 - (Juros + Amortizações) / Despesa Total

3. PARTE II – ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A. BALANÇO

No Balanço, os ativos e passivos são classificados em correntes e não correntes.

Tabela 9 - Estrutura do Ativo (Balanço 2021) – Região Alentejo¹⁶

SNC-AP	2021	
	(€)	% Total Ativo
Ativos Fixos Tangíveis	2 417 655 053,25	83,38%
Prop. Investimento, Ativos Intangíveis e Inv. Participações Financeiras	166 526 979,81	5,74%
Dev. Emp. Bonificados e Sub. Reembolsáveis, Clientes, Contribuintes e Utentes, Diferimentos, Outras Contas a Receber, Outros ativos financeiros	28 852 421,29	1,00%
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE	2 613 034 454,35	90,11%
Inventários, Dev. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis, Dev. por Empréstimos Bonificados e Subsídios reembolsáveis, Clientes, Contribuintes e Utentes, Estado e outros entes públicos, Diferimentos, Outros ativos financeiros	68 156 484,08	2,35%
Outras Contas a Receber	63 890 386,68	2,20%
Caixa e Depósitos	154 608 586,24	5,33%
TOTAL DO ATIVO CORRENTE	286 655 457,00	9,89%
TOTAL DO ATIVO	2 899 689 911,35	100,00%

Tabela 10 - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo - Estrutura do Património Líquido e do Passivo – Região Alentejo

SNC-AP	2021		
	(€)	% Total Passivo	% P.L. e Passivo ¹⁷
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2 476 279 151,52		85,40%
TOTAL PASSIVO (A+B)	423 410 759,83	100,00%	-
Provisões	21 302 667,63	5,03%	0,73%
Fornecedores	16 531 465,19	3,90%	0,57%
Financiamentos Obtidos	155 870 605,94	36,81%	5,38%
Cred. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis Concedidos, Credores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis, Fornecedores de investimentos, Diferimentos, Outras Contas a Pagar	36 275 637,89	8,57%	1,25%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE (A)	229 980 376,65	54,32%	7,93%
Cred. por Transf. e Sub. Não Reembolsáveis Concedidos, Fornecedores, Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes, Estado e Outros Entes Públicos, Financiamentos Obtidos, Fornecedores de Investimentos	67 281 403,46	15,89%	2,32%
Outras Contas a Pagar	49 815 732,14	11,77%	1,72%
Diferimentos	76 333 247,58	18,03%	2,63%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE (B)	193 430 383,18	45,68%	6,67%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E DO PASSIVO	2 899 689 911,35		100,00%

¹⁶ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

¹⁷ % Total do Património Líquido e Passivo

Das tabelas 9 e 10 que consistem na apresentação, para 2021, da estrutura do ativo e do património líquido e passivo, é possível observar o seguinte:

- ✦ No ativo não corrente a componente principal (maioritária) corresponde aos Ativos Fixos Tangíveis com 83,38% do Ativo Total;
- ✦ No ativo corrente ressalta a Caixa e Depósitos com 5,33% do total do Ativo;
- ✦ O peso do património líquido é de 85,40%, cabendo ao passivo os restantes 14,60%;
- ✦ Na composição do passivo não corrente salienta-se que os Financiamentos Obtidos detêm maior expressão com 36,81% do total do Passivo;
- ✦ No que respeita ao passivo corrente os Diferimentos correspondem a 18,03% do Passivo Total, as Outras Contas a Pagar com 11,77% e os restantes itens que compõem o passivo corrente com 15,89% do total do Passivo.

B. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Todos os itens de rendimentos e gastos reconhecidos no período devem ser incluídos na determinação do resultado do período.

Tabela 11 - Demonstração dos Resultados (Região Alentejo)¹⁸

	Gastos	Rendimentos	Resultado antes de impostos=Resultado Líquido do Período
2020	605 652 741,81	590 224 807,85	-15 427 933,96
2021	↑655 451 398,42	↑657 429 772,94	↑1 978 374,52

- ✦ Os dois exercícios económicos evidenciados na tabela 11 tiveram como base o estabelecido no novo normativo SNC-AP, podendo salientar-se os seguintes aspetos:
- ✦ O total dos gastos apresenta, de 2020 para 2021, um acréscimo de 8,22%, passando de 605,7 milhões para os 655 milhões de euros;
- ✦ O total dos rendimentos também apresentou um aumento de 11,33%, atingindo os 657 milhões de euros;

¹⁸ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

- ✦ Em termos gerais, observa-se um acréscimo quer do lado dos rendimentos quer dos gastos em relação ao exercício de 2020.

Tabela 12 - Demonstração dos Resultados - Região Alentejo¹⁹

	Resultados			
	Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento	Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	Resultado Antes de Impostos	Resultado Líquido do Período
2020	118 558 857,43	-12 120 833,12	-15 427 933,96	-15 427 933,96
2021	↑132 691 281,84	↑4 972 993,04	↑1 978 374,52	↑1 978 374,52

Na tabela 12 apresentam-se os resultados constantes das Demonstrações dos Resultados dos Municípios da região Alentejo, da diferença entre os rendimentos e gastos foi apurado o valor de 1 milhão e 978 mil euros positivos em 2021, registando uma subida na ordem dos 13 milhões de euros relativamente a 2020.

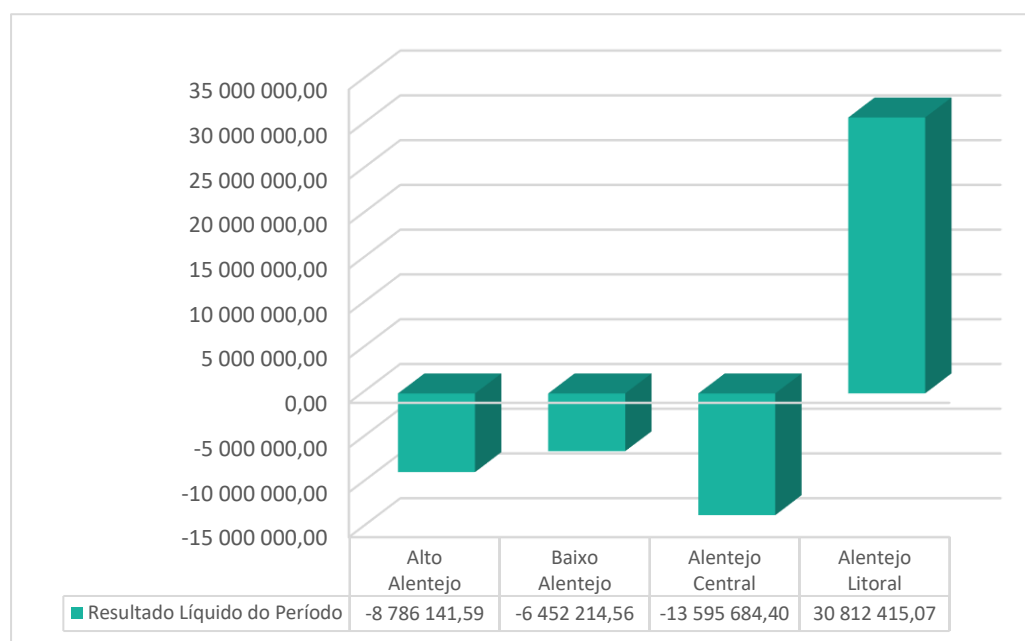


Gráfico 28 - Resultado Líquido do Período (Região Alentejo)

Apesar do agravamento do resultado líquido da região do Baixo Alentejo e do Alentejo Central comparativamente com o exercício de 2020²⁰, o conjunto dos Municípios da Região Alentejo apurou um resultado líquido positivo, para o qual contribuiu a prestação positiva do Alentejo Litoral.

¹⁹ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

²⁰ Vide Relatório Financeiro 2020

C. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia o valor das Atividades Operacionais, de Investimento e de Financiamento.

Tabela 13 - Fluxos de Caixa de Atividades²¹

	Fluxos de Caixa das Atividades		
	Atividades Operacionais ²²	Atividades de Investimento ²³	Atividades de Financiamento ²⁴
Alentejo Central	19 926 415,22	-4 648 681,78	-8 316 145,06
Alto Alentejo	-5 094 524,55	7 508 299,32	-899 601,29
Baixo Alentejo	-3 685 301,29	10 651 575,17	477 805,05
Alentejo Litoral	20 861 558,06	1 000 786,96	-1 193 815,59
Total	32 008 147,44	14 511 979,67	-9 931 756,89

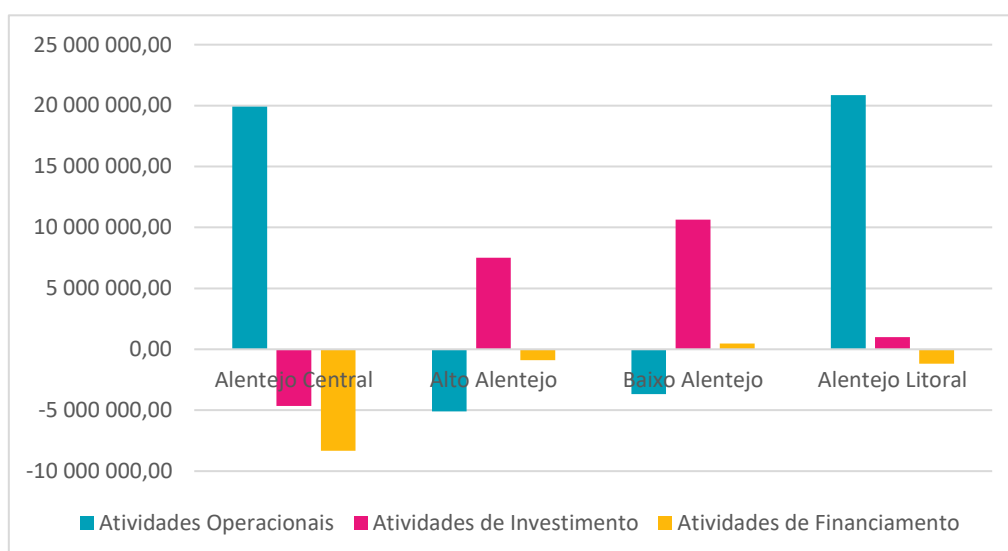


Gráfico 29 - Fluxo de Caixa das Atividades

A quantia de fluxos de caixa operacionais líquidos ajuda a mostrar a aptidão da entidade para manter a sua capacidade operacional, pagar as suas obrigações, pagar dividendos ou distribuições similares aos seus investidores e realizar novos investimentos, sem recorrer a fontes externas de financiamento (§ 77 da NCP1).

²¹ Fonte: Prestações de Contas dos 47 Municípios de 2021
DSAJAL/DFLM

²² Atividades operacionais são as atividades da entidade que não sejam atividades de investimento ou de financiamento.

²³ Atividades de investimento são atividades relacionadas com a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

²⁴ Atividades de financiamento são atividades que resultam em alterações na dimensão e composição do património líquido e nos empréstimos obtidos pela entidade.

Apesar do valor total da região Alentejo ser positivo, tanto o Alto Alentejo como o Baixo Alentejo apresentam valores negativos nas Atividades Operacionais.

No que se refere às Atividades de Investimento, apenas as saídas de caixa que resultem num ativo reconhecido no balanço são elegíveis para se classificarem como atividades de investimento. (§ 82 da NCP 1)

A divulgação separada dos fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil para estimar os fluxos de caixa futuros a pagar a financiadores de capital à entidade. (§ 83 da NCP 1)

C1. SALDOS

O gráfico 30 apresenta-nos a evolução dos saldos de operações orçamentais, em termos de caixa, que consiste no saldo inicial do exercício mais os recebimentos do ano menos os pagamentos do mesmo ano, de verbas próprias da autarquia.

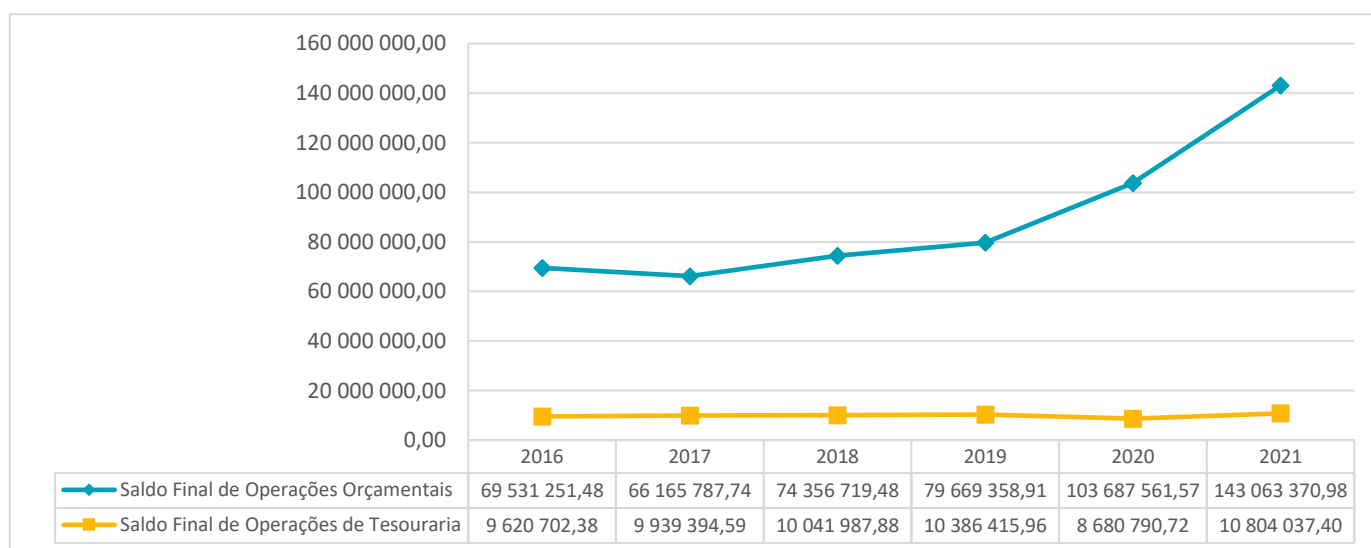


Gráfico 30 - Saldo Final de Operações Orçamentais e de Tesouraria

Através da análise do gráfico 30 observamos que, ao nível do saldo final de operações orçamentais, a tendência continua a ser crescente, já o saldo final das operações de tesouraria apresentou uma ligeira subida. Em termos totais, no exercício de 2021, assistimos a um aumento de 41 milhões de euros, o que corresponde a uma variação de 36,93%, situando-se o valor total nos 153 milhões de euros.

3.2 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Tabela 14 - Indicadores Económico-Financeiros

Dimensão	Indicador	Rácio	Região Alentejo	Interpretação
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,48	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,35	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,8	Positiva (quanto maior o valor, melhor)
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	0,080	-
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	0,17	-
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,85	Positiva
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	5,85	Positiva
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,15	-

- Os Indicadores de Liquidez são utilizados para medir a capacidade que a entidade tem para cumprir as responsabilidades de curto prazo.

No exercício de 2021 os valores são positivos, o que demonstra uma boa capacidade de cumprir as responsabilidades de curto prazo com os ativos correntes, cumprindo assim a regra do equilíbrio financeiro.

- Os Indicadores de Rentabilidade permitem medir a capacidade que os capitais e a atividade da entidade têm para gerar rendimentos.

- Os Indicadores da Estrutura Financeira sublinham a importância de a entidade conseguir manter a sua independência e estabilidade financeira sem necessidade de recorrer ao financiamento de entidades externas.

Em termos de Autonomia Financeira e de Solvabilidade, as entidades demonstram uma boa capacidade para cumprir os compromissos, assim como revelam capacidade para pagar os compromissos de médio e longo prazo, no caso da solvabilidade.

- No que respeita ao Endividamento, este mede a capacidade que a entidade tem em servir a dívida.

Verifica-se com o rácio de Endividamento que 15% dos ativos são financiados pelos capitais alheios.

4. PARTE III – CONTABILIDADE DE GESTÃO

A NCP 27 estabelece a base para um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos obrigatórios para o seu conteúdo e divulgação. A norma refere ainda que o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para a entidade e utilizadores externos. (§ 1, NCP 27)

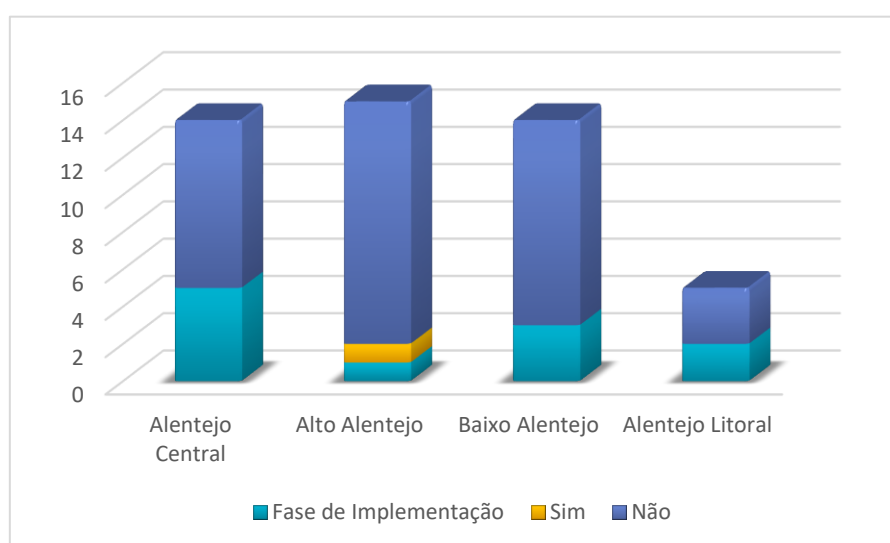


Gráfico 31 - Contabilidade de Gestão

Após consulta dos documentos de prestação de contas do exercício de 2021 e da observação do gráfico 31, concluímos que a maioria dos Municípios da Região Alentejo não implementou a contabilidade de gestão, existindo poucas melhorias face ao ano anterior. Contudo, verifica-se uma preocupação na implementação deste sistema de contabilidade, visto que alguns Municípios estão numa fase inicial da implementação, referem também que as aplicações informáticas ainda não estão preparadas para tratar este tipo de informação, dado que estavam direcionadas para a contabilidade de custos. Apenas um dos Municípios apresentou informação mais enquadrada com a NCP 27, embora haja necessidade de aperfeiçoamento e progressos mais consistentes.

5. SÍNTESE CONCLUSIVA

Neste relatório foram consultadas as Prestação de Contas do ano 2021 dos Municípios da região Alentejo, donde se extraiu informação que possibilitou efetuar uma análise orçamental e financeira a nível regional, passando também pela verificação da contabilidade de gestão.

O presente relatório dividiu-se em três partes, na parte I foi efetuada uma análise às Demonstrações de Relato que englobam a Demonstração do Desempenho Orçamental, a Demonstração de Execução Orçamental da Receita e da Despesa e a Demonstração de Execução do PPI.

Ao nível da Demonstração do Desempenho Orçamental, das várias componentes que a compõem, realçamos a Receita Total que ascendeu a 857 839 924,70€ e a Despesa Total que se situou nos 714 735 375,66€.

Em termos comparativos com o exercício de 2020, constata-se que ocorreu um aumento quer da receita (efetiva e não efetiva) quer da despesa. A receita teve um acréscimo na ordem dos 82 milhões de euros, que corresponde a uma variação de 12,41%. De salientar que nos impostos diretos, se registou um aumento significativo do ano 2020 para 2021, e verificou-se pela primeira vez que o IMT (Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis) alternou com o IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), destacando-se o primeiro com mais receita arrecadada.

Na despesa ocorreu um aumento de 76 milhões de euros, com uma variação de 12,01%. Em relação à aquisição de bens de capital, registou-se um acréscimo desta componente da despesa, comparativamente com o ano anterior.

No que respeita à Demonstração de Execução do PPI apurou-se que a média em termos totais ficou nos 59,44% no que se refere à execução financeira anual do plano plurianual de investimentos, já em relação à execução financeira global, em média o valor ficou aproximado dos 48,21%.

Nos indicadores orçamentais verificamos que tanto ao nível da receita como da despesa, a região Alentejo apresenta um bom grau de execução orçamental. No que respeita às obrigações e liquidações, também aqui os resultados dos rácios apresentam uma tendência muito positiva, tendo o grau de realização das liquidações atingindo os 96,80%.

Na parte II procedeu-se à análise das Demonstrações Financeiras, partindo-se do Balanço para a Demonstração dos Resultados e por fim para a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O resultado líquido do período, patente na Demonstração de Resultados, registou um aumento substancial, revelando-se positivo na Região Alentejo, sobretudo pela prestação positiva do Alentejo Litoral. Como foi referido, no relatório financeiro de 2020, os Municípios do Alentejo Litoral auferem praticamente a mesma percentagem de receita do que os Municípios das outras regiões, quando a sua representatividade é muito inferior em relação aos outros. Constatou-se assim que possivelmente estamos perante uma distribuição desigual dos recursos financeiros, o que naturalmente acentua as assimetrias existentes a nível regional, refletindo também o retrato atual do País.

Nos indicadores económico-financeiros, ao nível da liquidez, os valores são positivos, apesar da liquidez imediata ser inferior a 1, os municípios da região Alentejo demonstram que têm capacidade para cumprir as responsabilidades de curto prazo com os ativos correntes, cumprindo assim a regra do equilíbrio financeiro.

Já no que se refere à rentabilidade, o resultado dos rácios apresenta uma evolução face a 2020 com valores positivos, estes indicadores medem a capacidade que os capitais e a atividade da entidade têm para gerar rendimentos. No caso das autarquias, esta leitura não é tão direta na medida em que estas entidades não visam a obtenção do lucro, a intenção é aferir a eficiência na utilização dos recursos públicos.

No que se refere aos indicadores de estrutura financeira conclui-se que 85% dos ativos são financiados pelo património líquido e que o passivo financia o ativo em 15% (endividamento).

Apresentou-se na terceira parte uma referência à Contabilidade de Gestão, tal como em 2020, os Municípios que se encontram na fase inicial da implementação estão num estágio muito embrionário do processo. O contínuo aperfeiçoamento das aplicações informáticas, nesta matéria, é de extrema relevância para que a implementação da contabilidade de gestão não se prolongue muito no tempo.

6. BIBLIOGRAFIA

- ◇ Modelo Único de Prestações de Contas das Entidades Públicas – Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental, Ministério das Finanças.
- ◇ Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.
- ◇ Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro - Altera o regime da administração financeira do Estado e do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.